

DISTORÇÕES E APROXIMAÇÕES CONCEITUAIS SOBRE EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE

*DISTORTIONS AND CONCEPTUAL APPROXIMATIONS ABOUT CONTINUING
HEALTH EDUCATION*

DAIANY SALDANHA DA SILVEIRA DONADUZZI

Universidade Federal de Santa Maria, UFSM, Santa Maria, RS, Brasil
Mestra em Enfermagem. E-mail: dayssdonaduzzi@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0003-1233-8968>

FERNANDA KINS FETTERMANN

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS, Porto Alegre, RS, Brasil
Doutora em Educação em Ciências. E-mail: fernandafettermann@unipampa.edu.br
<https://orcid.org/0000-0002-8234-2447>

CARMEM LUCIA COLOME BECK

Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, Florianópolis, SC, Brasil
Doutora em Filosofia da Enfermagem. E-mail: carmembeck@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0001-9060-1923>

Submissão: 02-08-2024 - Aceite 04-05-2026

RESUMO: Objetivou-se identificar as concepções dos trabalhadores de saúde que atuam em um Grupo Técnico da Atenção Primária à Saúde de um município da região central do estado do Rio Grande do Sul sobre Educação Permanente em Saúde. Trata-se de um estudo de abordagem qualitativa, do tipo Pesquisa Convergente Assistencial, realizado em fevereiro de 2023. Os participantes foram 19 trabalhadores de saúde. A produção dos dados ocorreu por meio de entrevistas e os dados foram analisados conforme a Análise de Conteúdo. Os resultados revelam que os trabalhadores vivenciam tanto processos de educação permanente como de educação continuada, o que leva à distorção conceitual acerca da Educação Permanente em Saúde. Com isso, os trabalhadores reconhecem a necessidade da construção de espaços de discussão e reflexão que aprofundem o debate em torno dos seus conceitos teóricos, uma vez que o entendimento que os trabalhadores possuem repercute na metodologia a ser aplicada no cenário laboral da Atenção Primária. Os trabalhadores reconhecem que a problematização é uma abordagem metodológica capaz de transformar as práticas profissionais. A Educação Permanente em Saúde, apoiada na aprendizagem significativa, no trabalho coletivo, no diálogo, na reflexão e análise coletiva sobre os processos de trabalho produz cuidado de qualidade e transforma a própria organização do trabalho. Conclui-se que a construção de espaços coletivos de educação permanente é capaz de provocar mudanças reais nas práticas de saúde na Atenção Primária e reforça a urgência de oferecer espaços de formação neste cenário, em conformidade com as diretrizes da política.



PALAVRAS-CHAVE: Educação Permanente em Saúde. Formação profissional. Atenção Básica.

ABSTRACT: The objective was to identify the conceptions of health workers who work in a Primary Health Care Technical Group in a municipality in the central region of the state of Rio Grande do Sul about Permanent Health Education. This is a study with a qualitative approach, of the Convergent Care Research type carried out in February 2023. The participants were 19 health workers. Data production occurred through interviews and the data was analyzed according to Content Analysis. The results reveal that workers experience both permanent and continuing education processes, which leads to conceptual distortion regarding Permanent Health Education. As a result, workers recognize the need to build spaces for discussion and reflection that deepen the debate around its theoretical concepts, since the understanding that workers have has repercussions on the methodology to be applied in the Primary Care work scenario. Workers recognize that problematization is a methodological approach capable of transforming professional practices. Continuing Health Education, supported by meaningful learning, collective work, dialogue, reflection and collective analysis on work processes produces quality care and transforms the organization of work itself. It is concluded that the construction of collective spaces for continuing education are capable of bringing about real changes in health practices in Primary Care and reinforces the urgency of offering training spaces in this scenario, in accordance with policy guidelines.

KEYWORDS: Continuing Health Education. Professional training. Basic Care.

Introdução

A educação e o trabalho estão profundamente interligados na sociedade, especialmente no contexto da saúde, onde a educação desempenha um papel essencial. A Educação Permanente em Saúde (EPS) não deve ser vista apenas como um método de ensino, mas sim como um sistema complexo que se inicia no próprio processo de trabalho em saúde. Esse sistema envolve equipes de serviço e integra diversos atores em um contínuo movimento de discussão, caracterizando-se como uma política de educação interprofissional (FIGUEIREDO *et al.*, 2022; CARVALHO, CASTANHEIRA, MACHADO, 2023).

Mais do que uma série de ações periódicas, o conceito de EPS transcende a ideia de política formal, demandando que cada serviço de saúde reconheça a singularidade de seus trabalhadores. Isso permite que estes se tornem protagonistas no processo de trabalho, conferindo significado à aprendizagem contínua como um processo dinâmico ao longo da vida (BACKES *et al.*, 2022).

Em termos metodológicos, destaca-se que a EPS se diferencia da Educação Continuada (EC). A EPS está ancorada na educação problematizadora, com vistas a transformar as práticas laborais, por meio de uma aprendizagem significativa, que valoriza o trabalho e os saberes dos trabalhadores (BRASIL, 2018). No entanto, a EC envolve atividades educativas que valorizam o conhecimento técnico-científico dos trabalhadores, cujo processo educativo segue um modelo tradicional, em que o principal objetivo é manter o conhecimento atualizado (PARAIZO-HORVATH *et al.*, 2023).

Evidencia-se que, no campo do trabalho em saúde, em especial, na Atenção Primária (APS), diversas estratégias educativas são utilizadas, sendo que algumas se aproximam outras se distanciam do que é proposto pela Política Nacional de EPS (PNEPS) e, por isso, se faz necessário obter esclarecimentos em torno dos aspectos conceituais acerca da EPS (DONADUZZI *et al.*, 2021). Ademais, as produções científicas ainda são incipientes em apontar dispositivos ou estratégias capazes de desencadear a reflexão por meio das vivências dos trabalhadores de saúde que envolva os princípios da EPS (BORGES *et al.*, 2019).

Desse modo, compreende-se que, embora a EPS constitui-se como política pública no Brasil, possibilitando uma orientação teórica de formação no Sistema Único de Saúde (SUS), isso não assegura, por si só, a mudança esperada nas práticas de saúde enquanto práxis. Para que essas mudanças ocorram, é essencial que os trabalhadores incorporem a EPS em suas rotinas. É necessário que eles se desacomodem, afastem-se da neutralidade e reconheçam algum estranhamento em relação ao cotidiano laboral. Os trabalhadores precisam estar dispostos a problematizar, adotando uma atitude questionadora e reflexiva frente à realidade vivenciada, para que possam como protagonistas, incorporar mudanças no cotidiano do trabalho (FIGUEIREDO, GOUVÊA, SILVA, 2016).

Justifica-se este estudo pela importância de construir espaços coletivos de debates e reflexões sobre os conceitos teóricos que envolvem a temática da educação permanente no âmbito da APS. Acredita-se que tanto a distorção quanto a aproximação teórica sobre a EPS, com base nos princípios da PNEPS, terão impacto na metodologia aplicada neste nível de atenção à saúde. Consequentemente, isso influenciará a maneira como os trabalhadores conduzirão as práticas de trabalho na APS. A partir disso, esta pesquisa partiu da seguinte questão norteadora: Quais as concepções de trabalhadores de saúde que atuam em um Grupo Técnico da Atenção Primária em Saúde (GT-APS) sobre EPS? Para responder a essa pergunta, este estudo teve como objetivo identificar as concepções dos trabalhadores de saúde que atuam em um GT-APS de um município da região central do estado do Rio Grande do Sul sobre EPS.

Este estudo poderá contribuir para que trabalhadores e gestores reconheçam a EPS como uma importante ferramenta pedagógica no espaço do trabalho, que amplia o olhar do trabalhador a tal ponto de conseguirem realizar uma análise crítica do cotidiano das práticas a partir da problematização coletiva das situações reais vivenciadas. Na contemporaneidade, a complexidade do cuidado humano exige um espaço protegido para observar a realidade, identificar os problemas mais urgentes e buscar as alternativas possíveis. Com isso, as práticas de saúde, quando sustentadas na proposta teórico-metodológica da EPS, impulsionam os trabalhadores e o próprio sistema de saúde – SUS – a alcançar os seus objetivos.

Metodologia

Este recorte de dados é parte de uma tese de Doutorado em andamento, que utiliza a Pesquisa Convergente Assistencial (PCA), uma abordagem qualitativa participante. A PCA tem como ideia central a convergência entre as atividades de investigação e de prática, alternando momentos de aproximação e afastamento do pesquisador, em um movimento descrito como “dança” (TRENTINI, PAIM, SILVA, 2023).

Esse tipo de pesquisa é apropriado para alcançar o objetivo proposto, pois a pesquisadora estava imersa na prática gerencial como profissional atuante na gestão da APS do município em questão. Ela coordenava o Grupo Técnico da Atenção Primária à Saúde (GT-APS), assumindo uma postura propositiva sem desconsiderar a participação dos demais integrantes do estudo. Ao adotar esse referencial metodológico, a pesquisadora comprometeu-se a integrar a pesquisa em suas atividades práticas e a propor melhorias e inovações por meio do projeto de pesquisa.

A pesquisa foi desenvolvida em um município da região central do estado do Rio Grande do Sul, Região Sul do Brasil, durante o mês de julho de 2023. Participaram 19 profissionais de saúde de diferentes categorias, todos integrantes do GT-APS e vinculados à Secretaria Municipal de Saúde (SMS) do município. O GT-APS, criado em 2021 por meio de uma portaria interna da SMS e coordenado pela Superintendência da APS, realiza encontros semanais que seguem os princípios da cogestão, utilizando a EPS como fio condutor para problematizar, refletir criticamente e propor soluções para os problemas cotidianos enfrentados na APS.

A produção de dados ocorreu por meio de entrevistas semiestruturadas, gravadas com um gravador de áudio digital e transcritas fielmente em documentos Word. As entrevistas foram realizadas individualmente, em datas e horários previamente agendados, em uma sala privativa na SMS, com duração variando entre 15 e 45 minutos. Não houve intercorrências durante as entrevistas.

O principal questionamento abordou a concepção dos trabalhadores de saúde do GT-APS sobre a EPS. Para garantir o anonimato dos participantes, eles foram identificados com a letra “E” de “Entrevistado”, seguida por um número ordinal correspondente à sequência das entrevistas. A saturação de dados foi determinada pelo critério de saturação teórica. A transcrição literal de cada entrevista ocorreu no dia seguinte à sua realização. A análise das entrevistas foi feita por meio da Análise de Conteúdo de Bardin (2016), com auxílio do software ATLAS.ti para armazenamento e organização dos dados. Extratos das falas dos participantes foram incluídos nos textos para ilustrar os resultados.

Os critérios de inclusão dos participantes foram: ser servidor vinculado ao GT-APS. Os critérios de exclusão foram: estar em licença (gestante, doença, adotante) ou afastamento de qualquer natureza durante o período de coleta de dados.

Foram seguidos todos os preceitos éticos das Resoluções 466/2012 (Brasil, 2012), 510/2016 (Brasil, 2016) e 580/2018 (Brasil, 2018) do Ministério da Saúde. O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Santa Maria, com Certificado de Apresentação de Apreciação Ética nº 64830722.2.0000.5346, sob o Parecer nº 5.812.320, de 13 de dezembro de 2022. Os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido após a leitura.

Resultados e discussões

A literatura científica oferece uma vasta gama de conhecimentos sobre os processos de EPS e EC, destacando a importância de entender esses conceitos como práticas complementares e não excludentes. No contexto da Atenção Primária, os trabalhadores experienciam tanto processos de EPS quanto de EC, o que pode levar a distorções teóricas e conceituais. Nas falas a seguir,

os entrevistados demonstram a confusão existente entre os conceitos de educação permanente e educação continuada, uma distorção frequentemente atribuída à natureza sobreposta das atividades educacionais no campo da saúde.

“Eu confundo muito educação permanente com educação continuada, eu acho que educação permanente é uma coisa e o que a gente faz nas unidades é educação continuada, [...] qualificação da equipe, não sei se seria educação permanente” (E7).

“Educação Permanente se mistura muito com educação continuada, que também é uma dificuldade que a gente tem de diferenciar, não parecer estático, sempre tem coisas novas pra aprender. É um movimento que a gente tá sempre ressignificando a nossa prática, evoluindo, aprendendo coisas novas” (E10).

“Às vezes me questiono se é educação permanente ou é educação continuada [...] Quando a gente está com as equipes falando do nosso trabalho, na minha visão, é uma educação permanente com as equipes, a gente leva em forma de capacitação, e é permanente, não é uma coisa pontual [...] que isso aconteça de forma continuada, não de educação continuada, mas de educação permanente” (E15).

As concepções teóricas acerca da EPS e da EC são diferentes, conforme consta em publicações do Ministério da Saúde (MS) (BRASIL, 2018) e em estudos sobre EPS (FORTUNA et al., 2011; SARDINHA PEIXOTO et al., 2013; FERREIRA et al., 2019; IGLESIAS, GARCIA,

PRALON, BADARÓ-MOREIRA, 2023). Entretanto, estudos como o de Mariana *et al.* (2023), evidenciam a dificuldade de compreensão desses conceitos por parte dos profissionais de saúde. Segundo os autores, esses profissionais não conseguem entender efetivamente o movimento proposto pela EPS devido à falta de clareza sobre as diferenças conceituais.

Historicamente, a prevalência da EC nos serviços de saúde é fortemente influenciada pelo modelo de formação dos profissionais de saúde, uma vez que grande parte das instituições de ensino ainda mantém o modelo de aprendizagem tradicional, com pouco diálogo, distanciando a teoria e a realidade prática (SILVA, SANTOS, 2021). Inclusive, Menezes *et al.*, (2023), defende que a fragilidade da formação influi diretamente na continuidade de modelos verticalizados de atenção à saúde, constituindo-se como entrave para as mudanças no processo de trabalho, fortalecendo a criação de hiatos no trabalho em equipe e a fragmentação do processo de trabalho. Inegavelmente, ainda é possível identificar a adoção de práticas tecnicistas e instrumentalizadas nomeadas como EPS. Contudo, não se nega a essencialidade dos trabalhadores do campo da saúde possuir uma formação qualificada, com competências e habilidades para responderem às necessidades de saúde da população e do sistema de saúde. Diante das rápidas transformações da sociedade e dos desafios emergentes, é necessário educar profissionais de alta qualidade com conhecimento técnico atualizado e capacidade de resolutividade (WU e LI, 2017).

Contudo, para superar os desafios que envolvem a área da saúde na contemporaneidade, é fundamental criar espaços que promovam a aprendizagem contínua e transformadora dentro do contexto de trabalho. Segundo Higashijima, Ferla e Santos (2022), compreender o conceito de EPS pode ampliar a aquisição de novos conhecimentos e melhorar as habilidades e competências dos profissionais, tornando-os capazes de acompanhar as transformações na área da saúde.

É possível observar na fala a seguir que os trabalhadores reconhecem a necessidade de serem construídos espaços de discussão e reflexão que aprofundem o debate em torno dos conceitos teóricos de educação no/pelo trabalho na APS, pois entendem que tanto a distorção

como a aproximação conceitual acerca da EPS irá repercutir na metodologia a ser desenvolvida e aplicada nos serviços de saúde, bem como na dinâmica do agir profissional.

“Repensar também nos conceitos que se tem, do jeito de se trabalhar, na forma de estar trabalhando, repensar o processo de trabalho” (E18).

Dedicar-se a discutir continuamente sobre as situações-problema da realidade enfrentada por cada equipe é reconhecer a complexa e dinâmica realidade que interage em seu cotidiano laboral. Por isso, analisar as experiências sob a ótica da EPS oportuniza aos trabalhadores, refletir criticamente sobre o processo de trabalho, perceber quais são as potencialidades e fragilidades existentes, desenvolver habilidades e atitudes que são requeridas aos trabalhadores, bem como identificar as necessidades e demandas do serviço (STROSCHEIN, ZOCCHÉ; 2011). Entretanto, estudo desenvolvido por Amaral *et al.*, (2021) apresenta que um dos nós críticos do processo de trabalho na APS é a falta de um espaço protegido para EPS, que permita aos trabalhadores problematizar e refletir sobre as competências individuais e coletivas; bem como a intenção das ações que são desempenhadas por cada trabalhador, de modo que este movimento possa reorganizar o trabalho em saúde e incorporar os princípios do SUS no cotidiano da APS.

Nesse contexto, destaca-se a importância da presença de um líder qualificado na equipe, para influenciar diretamente na organização de um processo de trabalho nos moldes da EPS, para estimular a equipe a buscar soluções inovadoras para problemas cotidianos, sustentada em uma aprendizagem significativa, e para promover em cada trabalhador, o entendimento de que a educação permanente é atribuição de todo profissional que atua no âmbito da saúde pública. Ademais, o apoio e o incentivo dos gestores municipais também influenciam na implantação da EPS como estratégia de gestão do processo de trabalho e formação das equipes de APS.

Na perspectiva metodológica, a *problematização* foi identificada como aquela capaz de transformar as práticas profissionais, na medida em que se propõe à reflexão crítica e compartilhamento de saberes. Ademais, fomenta a criação de um espaço político-pedagógico, que, por sua vez, é convergente à proposta de formação dos trabalhadores do SUS, sustentada pelas diretrizes da PNEPS, como mostradas nas expressões que seguem:

“O que eu imagino é aquele espaço em que vai ser problematizado algo, que provoque a reflexão da tua implicação, do teu fazer. Possibilita construir, cotidianamente, estar ali, dizendo, movimentando, questionando, propondo formas outras de ser pensada a saúde. Mas que não é um espaço que venha com respostas, acho que a resposta se reproduz ali, no encontro mesmo, então: problematização, reflexão, aplicação, sentido, espaço político” (E2).

“Tem muito a ver com esse processo reflexivo cotidiano que os trabalhadores fazem a partir de suas vivências cotidianas em relação aos processos de trabalho. Essa perspectiva de problematização, de ter uma prática que seja crítica, reflexiva, com possibilidade de compartilhar, de ter planejamento” (E11).

Frente às falas, fica evidente que é preciso conceber a essência da EPS, pois esta representa uma ferramenta pedagógica que promove a análise crítica do cotidiano de trabalho e impulsiona a construção do conhecimento. Por meio da problematização das situações reais dos territórios de atuação das equipes, é que se produz o pensamento crítico e se compartilham saberes (JESUS; RODRIGUES; 2022). Nessa perspectiva, a APS se apresenta como um método didático-pedagógico de aprendizagem no espaço do trabalho, com um viés problematizador,

coletivo e interdisciplinar, que produz conhecimento teórico-prático socialmente engajado (JACOBOVSKI, FERRO, 2021).

No contexto das ferramentas pedagógicas, as estratégias de problematização desempenham um papel fundamental ao promover uma abordagem ativa e reflexiva na aprendizagem. Ao invés de apenas receberem informações passivamente, essas estratégias incentivam os profissionais a questionarem, refletirem e buscarem soluções para problemas reais. Esse método permite que os profissionais desenvolvam habilidades críticas e analíticas necessárias para lidar com a complexidade dos desafios enfrentados no campo da saúde (FRATES *et al.*, 2017).

Por isso, é imprescindível que sejam desenvolvidas pesquisas que aprofundem o debate sobre a concepção de EPS, o processo de implementação da PNEPS, e as relações que permeiam os trabalhadores envolvidos, evitando sua distorção e descaracterização, e que, para, além disso, proponham estratégias para incorporação da EPS no cotidiano dos serviços (HIGASHIJIMA, FERLA e SANTOS, 2022).

Nesse contexto, desenvolver práticas de saúde ancoradas em propostas teórico-metodológicas que fundamentam a educação no/pelo trabalho, é imperativo para que o sistema e os trabalhadores de saúde atinjam os objetivos e metas que pretendem alcançar. Ou seja, é a partir das bases teóricas e metodológicas que emergem as abordagens e atividades pedagógicas capazes de transformar as práticas profissionais, correspondendo a uma prática de ensino-aprendizagem apoiada pela problematização e dialogicidade (NOGUEIRA *et al.*, 2022).

Várias obras do pensamento freireano abordam a problematização, no sentido de que a ação de problematizar parte da realidade que o sujeito está inserido. A busca de entendimento e de solução visa transformar tal realidade, pela ação do próprio sujeito (práxis), que também transforma a si mesmo. Freire considera a problematização não apenas como método pedagógico, mas como uma pedagogia crítica, baseada na ética, respeito, liberdade, autonomia e dialogicidade, princípios estes que propiciam a aprendizagem significativa (FREIRE, 2020).

A EPS, enquanto processo político-pedagógico, impulsiona o trabalhador a refletir criticamente sua realidade e a problematizar o que gera insatisfação do cotidiano na saúde, para si e para os usuários, e com isso, passa a buscar modos de intervir nas demandas encontradas (RAMOS *et al.*, 2022). Nessa lógica, a EPS, estrategicamente, analisa o processo de trabalho e gera uma reflexão problematizadora, possibilitando ao trabalhador, uma nova forma de fazer saúde (PINHEIRO; AZAMBUJA; BONAMIGO, 2019).

Os participantes mencionam que tanto os aspectos conceituais como os metodológicos da EPS devem contemplar o trabalho em equipe, como um dos determinantes para a transformação das práticas, de modo a atender a magnitude das necessidades de saúde da população, e consolidar a proposta político-pedagógica do SUS, como manifestado nos depoimentos.

“Acredito que a educação permanente vem para mudar essa lógica do profissional de atuar, de trabalhar realmente em equipe, de chamar a equipe para seu processo de trabalho, porque antes eu percebia que a atuação era muito isolada” (E3).

“Transformação! Transformando as nossas práticas [...] a educação permanente transforma e fortalece a equipe” (E8).

É no trabalho, dentro da equipe, com a equipe! *Aprender a aprender, fazendo*” (E15).

O trabalho em equipe é considerado um dispositivo do processo do trabalho em saúde que estimula a construção de espaços de troca de saberes e experiências entre os sujeitos, incentiva a autonomia da equipe e dos próprios trabalhadores (PEDUZZI, 2011). Para Cardoso (2012), as rodas de educação permanente são ferramentas que podem ser utilizadas pelas equipes para fortalecer a tomada de decisão por parte das equipes, constituindo-se inclusive, como dispositivos de cogestão e, nessa lógica de trabalho coletivo, são capazes de transformar a realidade em que atuam. Uma equipe engajada com bom relacionamento interpessoal facilita o desenvolvimento do trabalho na Atenção Primária, sendo a reunião de equipe uma ferramenta importante para que ocorra a organização do cuidado, o planejamento das ações, a estruturação do fazer cotidiano, além de sistematizar a tomada de decisões a partir de um diálogo coletivo e democrático (HEIDEMANN *et al.*, 2023).

Por meio dos relatos, também foi possível identificar que a EPS está imbricada com a oportunidade de aprendizagem no espaço laboral, pois possibilita ao trabalhador, construir conhecimento, compartilhar saberes e estudar estratégias para a resolução de problemas cotidianos.

“Aprendizado, tanto na prática como na teoria, aplicabilidade desse conhecimento. Aprendizado contínuo” (E1).

“Educação Permanente é quando o trabalhador pode construir novos conhecimentos, desconstruir ideias e percepções já formadas” (E4).

“É atualização, vivência, estudo, troca, aprendizado” (E9).

A educação e o trabalho são duas dimensões inseparáveis tanto da vida como das instituições. É onde os sujeitos produzem essencialmente suas existências. No campo da saúde, esse binômio representa experimentar novas práticas de cuidado e tornar-se lugar de processo formativo. “Aprender com os outros e aprender fazendo com os outros, ali onde a vida pulsa e pede mais vida, exigindo de quem nisso se conecta, no mínimo, atos facilitadores para ela passar e se engrandecer” (DIAS *et al.*, 2020, p.9). É neste lugar que se encontra a EPS, como um instrumento de aprendizagem, cuja proposta envolve um conjunto complexo de relações, de situações e processos de mais variada natureza que definem um espaço social.

Nesse sentido é que se confere a relevância de aproximar a educação do trabalho. Essa aproximação reconhece que a formação dos trabalhadores deve estar conectada à realidade do trabalho em saúde, visto sua complexidade, não podendo se resumir a conhecimentos e tecnologias já superadas. A reflexão sobre o trabalho produz novos conhecimentos, atualizam os disponíveis, distanciando-se da ideia de somente adquirir habilidades práticas (FERLA, 2021; DIAS *et al.*, 2020).

Então, não há um sujeito desprovido de conhecimento, de modo que, todos os trabalhadores podem contribuir para que sejam construídos novos saberes (IGLESIAS *et al.*, 2023), consolidando assim, uma educação libertadora, engajada com a realidade das práticas e apoiada pela reflexão e diálogo, recriando coletivamente o conhecimento, o que é indispensável para transformar a realidade do serviço e a si mesmo (FREIRE, 2020).

Cabe realçar que, para que seja possível refletir sobre os processos de trabalho, planejar novas estratégias para resolução de problemas cotidianos, experimentar e avaliar o que foi elaborado e retomar as discussões com pensamento crítico para um novo fazer é essencial que ocorra um

movimento contínuo de ação-reflexão-ação (LAMANTE et al., 2019). Em razão disso, a EPS se configura em uma proposta político-pedagógica que permite aos trabalhadores uma metodologia de produção e compartilhamento de saberes no seu cotidiano laboral, situando-o como objeto de discussão e análise a partir da problematização e processos significativos (BITENCOURT et al., 2020).

Para Pinheiro, Azambuja e Bonamigo (2019), uma questão importante a se destacar é que a EPS se sustenta nos princípios da aprendizagem significativa e da problematização, favorece a troca e a valorização das experiências de cada trabalhador da equipe de saúde, facilitando o acesso ao conhecimento e democratizando os saberes. Desse modo, o sujeito se empodera, pois, ao participar deste espaço, tem possibilidade de se expressar e de se colocar, o que facilita reflexões sobre o seu fazer. Corroboram Matias, Vavorski e Campos (2023), quando referem que a EPS fornece os elementos necessários para o fortalecimento da ação coletiva, ao empoderar os trabalhadores e suas equipes, dando-lhes as condições para transformar a si mesmo e a instituição da qual faz parte.

A partir de um olhar polissêmico acerca da educação no/pelo trabalho, compreende-se que a clarificação conceitual sobre a EPS torna-se imprescindível para que as equipes da APS reconheçam e legitimem o espaço laboral como cenário de aprendizagem, a fim de aplicar metodologias que valorizem o diálogo, a reflexão e o compartilhamento de saberes, na busca de respostas para atender às necessidades de saúde da população, partindo do que é sentido e vivido pelos trabalhadores em sua prática cotidiana.

Por isso, é preciso reservar um espaço para observar a realidade, repensar condutas, identificar os problemas, buscar novas estratégias e superar dificuldades, a partir da realidade em que os trabalhadores estão inseridos, é condição *sine qua non* para estabelecer um cenário problematizador, com potencial para promover a transformação que os trabalhadores desejam e o sistema de saúde requer.

Considerações finais

Os resultados revelam que os trabalhadores do GT-APS vivenciam tanto processos de EPS como de EC, o que leva à distorção conceitual acerca da EPS, enquanto política pública que rege a formação no SUS. Com isso, reconhecem a necessidade da construção de espaços de discussão e reflexão que aprofundem o debate em torno dos conceitos teóricos da EPS, uma vez que o entendimento que os trabalhadores possuem repercute na metodologia a ser aplicada no cenário laboral da APS. Os participantes do estudo reconhecem que a problematização é uma abordagem metodológica capaz de transformar as práticas profissionais. Nesta acepção, a EPS, apoiada na aprendizagem significativa, no trabalho coletivo, no diálogo, na reflexão e análise coletiva sobre os processos de trabalho produz cuidado de qualidade e transforma a própria organização do trabalho.

Nessa perspectiva, é preciso legitimar um espaço protegido, para que a equipe de saúde possa compartilhar experiências, aprender uns com os outros, analisar o processo de trabalho e problematizar as situações cotidianas que requerem solução, de tal modo que os trabalhadores possam ter condições de transformar-se e transformar a instituição da qual fazem parte. Com isso, percebe-se que é importante que todos os trabalhadores compreendam a dinâmica da EPS,

que os gestores propiciem esta prática no âmbito das equipes e que estimulem a formação de líderes com competência e habilidade para direcionar as iniciativas de educação permanente.

Diante das constantes mudanças na área da saúde, incluindo o surgimento de novas doenças e atualizações frequentes, bem como a complexidade do trabalho na APS e as necessidades em constante evolução das populações atendidas pelo SUS, não é mais aceitável que os profissionais se limitem a papéis secundários em programas tradicionais de atualização temática. Essa abordagem limita suas práticas e sua expressão subjetiva. Portanto, este estudo reforça a urgência de oferecer espaços de formação permanente nos serviços de saúde da APS, em conformidade com as diretrizes da PNEPS. Tais espaços devem promover mudanças reais na prática profissional, por meio da reflexão e da transformação das abordagens de trabalho.

Como limitações do estudo, o fato de ter sido investigada as concepções acerca da EPS de um grupo específico de trabalhadores. Desse modo, percebe-se a importância de serem desenvolvidos mais estudos que colaborem para a compreensão e melhor utilização da política pública da EPS no Brasil, e que, em alguma medida, estimulem o engajamento das equipes da APS para esta prática no cotidiano laboral.

Referências

AMARAL, V.S *et al.* Os nós críticos do processo de trabalho na Atenção Primária à Saúde: uma pesquisa-ação. **Physis: Revista de Saúde Coletiva** [online], v. 31, n. 01, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-73312021310106>. Acesso em: 03 jul. 2024.

BACKES D.S *et al.* Educação permanente: percepção da enfermagem à luz do pensamento da complexidade. **Acta Paul Enferm**, v. 35, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ape/a/gBK6N9mYPjsYVBbLStvzYnp/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 02 jul. 2024.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BITENCOURT, R.R. *et al.* O processo de formação em saúde: uma análise dos planos de ensino das atividades curriculares obrigatórias. **Saberes Plurais Educação na Saúde**, [S.l.], v. 4, n. 1,

p. 62-78, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.54909/sp.v4i1.102022>. Acesso em: 25 jun. 2024.

BORGES, F.A *et al.* Analysis of professional implication as a tool of permanent education in health. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, v. 27, p. e3189, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rlae/a/vHJQkbb9CtHgpnWTxbjV3vq/?lang=pt#>. Acesso em: 25 jun. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução n. 466, de 12 de dezembro de 2012. **Aprova diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos**. Brasília: Ministério da Saúde, Diário Oficial da União. 2012. Disponível em: https://conselho.saude.gov.br/ultimas_noticias/2013/06_jun_14_publicada_resolucao.html. Acesso em 04 jul. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução n. 510, de 07 de abril de 2016. **Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais.**

Brasília: Ministério da Saúde, Diário Oficial da União. 2016. Disponível em: [phttp://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf](http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf). Acesso em 14 ago 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Comissão Nacional de Ética em Pesquisa. Resolução n.580 de 22 de março de 2018; **Estabelece as especificidades éticas das pesquisas de interesse estratégico para o Sistema Único de Saúde (SUS).** Brasília: Ministério da Saúde. 2018. Disponível em: [phttps://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2018/Reso580.pdf](https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2018/Reso580.pdf). Acesso em 20 jun. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Departamento de Gestão da Educação na Saúde. **Política Nacional de Educação Permanente em Saúde: o que se tem produzido para o seu fortalecimento?** Brasília, DF: MS, 2018.

Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_educacao_permanente_saude_fortalecimento.pdf. Acesso em 23 junh. 2024.

CARDOSO, I.M. Rodas de Educação Permanente na Atenção Básica de Saúde: analisando contribuições. **Saúde e Sociedade**, v. 21, supl. p. 18-28, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/R67z7ZTgdCD88XQNVG8dLrP/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 1 jun. 2024.

CARVALHO, G.T.; CASTANHEIRA, M.L.; MACHADO, M.Z.V. **Letramentos acadêmicos como práticas sociais.** Belo Horizonte: Autêntica, 2023.

DIAS, M. T. G *et al.* **Quando o ensino da saúde percorre territórios:** dez anos da Coordenadoria de Saúde / Organizadores: Miriam Thais Guterres Días, Ramona Fernanda Ceriotti Toassi, Denise Bueno e Alcindo Antônio Ferla; Prefácio de Emerson Elias Merhy e Maria Augusta Nicoli. – 1. ed. -- Porto Alegre, RS : Editora Rede Unida, 2020. 264p

DONADUZZI, D.S.S *et al.* Educação permanente em saúde como dispositivo para transformação das práticas em saúde na Atenção Básica. **Research, Society and Development**,

v.10,n.5,e12010514648,2021.Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/download/14648/13231/192342> Acesso em: 23 jun. 2024.

FERLA, A.A. Um ensaio sobre a aprendizagem significativa no ensino da saúde: a interação com territórios complexos como dispositivo. **Saberes Plurais Educação na Saúde**, v. 5, n. 2, p. 81–94, 2021. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/saberesplurais/article/download/119022/65813/0> Acesso em: Acesso em: 1 jun. 2024.

FERREIRA, L.; BARBOSA, J. S. de A.; ESPOSTI, C. D. D.; CRUZ, M. M. da. Educação

Permanente em Saúde na atenção primária: uma revisão integrativa da literatura. **Saúde debate**,

v.43,n.120,p.223–239,jan.2019.Disponível em: [phttps://doi.org/10.1590/0103-1104201912017](https://doi.org/10.1590/0103-1104201912017). Acesso em: 1 jun. 2024.

FIGUEIREDO, E. B. L. DE *et al.* Educação Permanente em Saúde: uma política interprofissional e afetiva. **Saúde em Debate**, v. 46, n. 135, p. 1164–1173, out. 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/sRPvgtfL8KzJM7R8NsVsrnw/?lang=pt>. Acesso em: 1 jun. 2024.

FIGUEIREDO, E. B. L.; GOUVÊA, M. V.; SILVA, A. L. A. Educação Permanente em Saúde e Manoel de Barros: uma Aproximação Desformatadora. **Revista Brasileira de Educação Médica**,

v. 40, n. 3, p. 324–331, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbem/a/44MqjKVS5hQsSCXRJg5nNqP/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 5 jul. 2024.

FORTUNA, C. M *et al.* Movimentos da educação permanente em saúde, desencadeados a partir da formação de facilitadores. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, v. 19, n. 2, 2011.

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=281421955025>. Acesso em: 1 jun. 2024.

FRATES CAUDURO, F. L.; *et al.* Uso da problematização com apoio do Arco de Maguerez como estratégia de educação permanente para a promoção da segurança do paciente. **Espaço para a Saúde**, v. 18, n. 1, p. 150–156, 2017. DOI: 10.22421/15177130-2017v18n1p150.

Disponível em: <https://espacoparasaude.fpp.edu.br/index.php/espacosaude/article/view/355>. Acesso em: 1 jun. 2024.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2020.

HEIDEMANN I. T. S. B, *et al.* Potencialidades e desafios para a assistência no contexto da atenção primária à saúde. **Texto Contexto Enferm.** 2023; 32:e20220333. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-265X-TCE-2022-0333pt>. Acesso em 01 jul. 2024.

HIGASHIJIMA, N. S.; FERLA, A.; SANTOS, L. M. dos. Educação Permanente em Saúde: colocando em análise a produção de conhecimento. **Saúde em Redes**, v. 8, n. sup1, p. 57–73, 2022. DOI:10.18310/2446-4813.2022v8nsup1p57-73. Disponível em: <http://revista.redeunida.org.br/ojs/index.php/rede-unida/article/view/3484>. Acesso em: 1 jun. 2024.

IGLESIAS, A. *et al.* Educação Permanente no Sistema Único de Saúde: Concepções de Profissionais da Gestão e dos Serviços. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 43, p. e255126, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/c6DXFst55W7zYZCK6J5Mf7j/> Acesso em: 28 jun. 2024.

JACOBOVSKI, R.; FERRO, L. F. Permanent education in Health and Active Learning methodologies: a systematic integrative review. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 3, p. e39910313391, 2021. DOI: 10.33448/rsd-v10i3.13391. Disponível em: [phttps://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/13391](https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/13391). Acesso em: 1 jun. 2024.

JESUS, J. M. de; RODRIGUES, W. Trajetória da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde no Brasil. Trabalho, **Educação e Saúde**, v. 20, p. e001312201, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/GP8Tbc45LMsFMNvd8fbx9fz/#>. Acesso em: 1 jun. 2024.

LAMANTE, M. P. S *et al.* A educação permanente e as práticas em saúde: concepções de uma equipe multiprofissional. **Revista Pesquisa Qualitativa**, v. 7, n. 14, p. 230–244, 2019. Disponível em: <https://editora.sepq.org.br/rpq/article/view/268> Acesso em: 28 jun. 2024.

MATIAS, S. A.; YAVORSKI, R.; CAMPOS, M. A. S. e. Educação Permanente: uma ferramenta pedagógica para transformação das práticas em saúde. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 9, n. 6, p. 1931–1946, 2023. Disponível em: [phttps://periodicorease.pro.br/rease/article/view/10246](https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/10246) Acesso em: 12 jun. 2024.

MENEZES, M. S. *et al.* O processo de trabalho na Atenção Primária à Saúde e o controle da hanseníase: revisão integrativa. **Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento**, [S. l.], v. 12, n. 1, p. e1012139203, 2023. DOI: 10.33448/rsd-v12i1.39203. Disponível em: <https://rsdjournal.org/rsd/article/view/39203>. Acesso em 30 jun. 2024.

NOGUEIRA, D. L *et al.* Educação em Saúde e na Saúde: Conceitos, pressupostos e abordagens teóricas. **Sanare**. 2022; 21(2):101-109. Disponível em: [phttps://sanare.emnuvens.com.br/sanare/article/view/1669/842](https://sanare.emnuvens.com.br/sanare/article/view/1669/842). Acesso em 29 jun. 2024.

PEDUZZI, M. Trabalho em equipe na perspectiva da gerência de serviços de saúde: instrumentos para a construção da prática interprofissional. **Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 21,

n. 2, p. 629–646, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/physis/a/VbQ5675K7Vr4dr7LCBYL4ZC/abstract/?lang=pt> Acesso em: 25 jun. 2024.

PINHEIRO, G. E. W.; AZAMBUJA, M. S.; BONAMIGO, A. W. As contribuições da educação permanente em saúde no processo de trabalho da estratégia saúde da família. **Interdisciplinary Journal of Health Education**, v. 4, n. 1-2, p. 1-8, jan.–dez. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.4322/ijhe.2018.008>. Acesso em: 1 jun. 2024.

RAMOS, C. I. **Gestão do trabalho em saúde** [recurso eletrônico] / autores Camila Irigoneh Ramos ... [et al.]. – 1. ed. – Santa Maria, RS : UFSM, CTE, UAB, 2022. 1 e-book : il.

Ribeiro, Souza e Silva, 2019).

SARDINHA PEIXOTO, L. *et al.* Educação permanente, continuada e em serviço: desvendando seus conceitos. **Enferm. Glob.**, v. 12, n. 29, p. 307–322, jan. 2013. Disponível em: http://scielo.isciii.es/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1695-61412013000100017&lng=es&nr m=iso. Acesso em: 1 jun. 2024.

SILVA, A. L.; SANTOS, J. S. A Potencialidade da Educação Permanente em Saúde na Gestão da Atenção Básica em Saúde. **Saúde em Redes**, v. 7, n. 2, p. 53–66, 2021. DOI:

10.18310/2446-4813.2021v7n2p53-66. Disponível em: <https://doi.org/10.18310/2446-4813.2021v7n2p53-66>. Acesso em: 1 jun. 2024.

PARAIZO-HORVATH, C. M.S, *et al.* (2023). Alternativas pedagógicas para capacitações de profissionais de saúde sobre oncologia: revisão integrativa. RECIMA21 - **Revista Científica Multidisciplinar** - ISSN 2675-6218, 4(5), e453085. Disponível em: <https://doi.org/10.47820/recima21.v4i5.3085>. Acesso em 26 de jun. 2024.

STROSCHEIN, K. A.; ZOCICHE, D. A. A. Educação permanente nos serviços de saúde: um estudo sobre as experiências realizadas no Brasil. Trabalho, **Educação e Saúde**, v. 9, n. 3, p. 505–519, nov. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/H4mTDcJvHcgnWJkqcNNd6qv/#ModalHowcite>. Acesso em: 2 jun. 2024.

TRENTINI M, PAIM L, SILVA DGV. **O método da pesquisa convergente assistencial**. Porto Alegre: Ed. Moriá, 2023.

WU T, LI L. Evolution of public health education in China. **AJPH**, v. 107, n. 12, 2017. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC5678396/#:~:text=After%20more%20than%20100%20years,degree%20programs%20in%20preventive%20medicine>. Acesso em: 23 jun. 2024.